



Receba nossos informativos online. Cadastre seu e-mail no site www.sindsep-pe.com.br

Mala Direta Postal
Básica
9912264199/2015-DR/PE
SINDSEP/PE
CORREIOS

O quadro **eleitoral** nos **municípios** que têm **segundo turno**

▶▶ página 10



Aquarius, um filme que **denuncia** a **selvageria** do capital

▶▶ página 3

Sindsep-PE realiza **oficina de Saúde** do Trabalhador em **Salgueiro e Serra Talhada**

▶▶ página 9

Cresce mobilização contra retirada de direitos

▶▶ páginas 6 e 7



▶▶ páginas 10, 11 e 12



Pizza recheada de maldades

Enquanto a mídia e a Operação Lava Jato se voltam para criminalizar a esquerda, dizer o PT e destruir a reputação do ex-presidente Lula, no Congresso Nacional a pizza e o pacote de maldade contra a população brasileira correm frouxo. Em setembro, a Câmara dos Deputados negociou, na surdina, uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os políticos - mais de cem - que possam vir a ser acusados pelo crime de caixa dois. O projeto só não foi aprovado porque os blogs e as mídias sociais denunciaram a manobra.

No início de outubro, os deputados iniciaram a discussão em torno do Projeto da Emenda à Constituição (PEC) 241, uma proposta danosa para o serviço público e toda população. O projeto cria cinco artigos constitucionais estabelecendo limites nos gastos públicos - federal, estadual e municipal - por um período de 20 anos. Mas, em que medida isso vai influenciar sua vida?

Para os servidores públicos a proposta significa congelamento de salário por duas décadas, não evolução na carreira e alteração na previdência da categoria, priorizando uma previdência complementar. Para a população, o pacote de maldade vai cortar recursos nas áreas de educação e saúde, acabar com concurso públi-

co, o que compromete um serviço público gratuito e de qualidade.

E não fica por aí. Os gestores que não cumprirem a PEC 241 serão punidos no ano subsequente, ficando proibidos de criar cargo, emprego ou função com aumento de despesas; alterar a estrutura de carreira com aumento de despesas; admitir ou contratar pessoal e a realização de novos concursos. É a volta do Estado Mínimo.

Em contrapartida, o governo favorece o pagamento da dívida pública e o capital financeiro. Você vai deixar isso acontecer? E isso ainda não é tudo. Até o final do ano, o governo promete enviar ao Congresso Nacional as reformas trabalhista e previdenciária, que retiram direitos da classe trabalhadora, conquistados com muita luta e sofrimento.

O Sindsep-PE reforça a importância de mobilização dos servidores públicos e convoca toda sociedade a lutar contra a PEC 241. É o serviço público que está em jogo. São as políticas sociais que estão em jogo. É a cidadania que está em jogo.

Graça Oliveira
Coordenadora geral do Sindsep-PE

ÚLTIMAS



PEC 241 ameaça o SUS

Ao completar 26 anos, a Lei Orgânica (LO) 8080/90, que deu origem ao Sistema Único de Saúde (SUS), se vê ameaçada pela PEC 241, que propõe o congelamento do serviço público por 20 anos. A LO descreve os princípios do SUS, como a universalidade, a integralidade e a equidade, e suas diretrizes organizacionais que visam à descentralização, regionalização, hierarquização e participação popular. “A PEC 241 inviabiliza o SUS, porque acaba com todos os avanços que já conquistamos até agora”, lamenta José Ribeiro (foto), servidor da Funasa e integrante do Conselho Municipal de Saúde do Recife, do qual participa no segmento do trabalhador, representando o Sindsep.

Ao longo desses 26 anos, a lei avançou. Entre as conquistas está a incorporação de políticas estratégicas, a política de atenção à saúde dos povos indígenas, a atenção obstétrica, incluindo a garantia de acompanhante da escolha da parturiente; a atenção domiciliar; a assistência farmacêutica e a política de incorporação de inovações tecnológicas. No entanto, também houve retrocessos, como a permissão de participação de recursos estrangeiros em empresas de saúde no Brasil.

Por que *Aquarius* incomoda tanto?

PÚBLICO
Quase cem mil pessoas já assistiram ao filme

Um filme que permanece na sua mente mesmo depois que a sessão acaba. Assim é *Aquarius*. Um roteiro leve, delicado, mas profundo, crítico, que faz o público refletir sobre a vida, sobre valores, sobre ética e sobre amor. Em meio a polêmicas (ver texto abaixo), *Aquarius* arrebatou um público de mais de 50 mil pessoas no primeiro final de semana que entrou em cartaz e continua sendo um dos campeões de bilheteria desde a sua estréia, em 1º de setembro. É um filme que mostra as contradições da modernidade e do mundo capitalista.

Escrito e dirigido pelo cineasta pernambucano Kleber Mendonça Filho, *Aquarius* tem como protagonista a brilhante Sônia Braga, que interpreta Clara, uma jornalista aposentada que enfrenta com pulso forte o mercado imobiliário. Contra tudo e todos, Clara resiste em vender seu antigo apartamento à beira mar da praia de Boa Viagem, no Recife. Compra uma briga de gigante com uma empreiteira que adquirira todos os apartamentos do prédio, cujo nome é *Aquarius*, restando apenas o de Clara.



ARQUITETURA Relíquia em meio aos arranha-céus

No filme, os empreiteiros não poupam esforços - nem escrupulos - para fazer com que Clara se renda a negociar o imóvel. Ela se nega a vender, apesar da pressão dos antigos vizinhos, da filha e da proposta milionária. Mas, o que está em jogo não é o dinheiro. O que pesa, no fundo, é o valor sentimental, simbólico.

Aquele apartamento - sem pompas nem glamour - representa a memória e a identidade familiar de Clara, local onde viveu com o marido e viu crescerem os três filhos. A edificação simples, estilo caixão, poucos andares - se perde em meios aos arranha-céus que se apropriaram da avenida Boa Viagem e tiram o brilho e o sol da praia, um espaço público e democrático. O prédio, inclusive, existe, fica na beira mar do Pina, sob o nome de edifício Oceania. Uma relíquia em meio à exploração imobiliária. Por isso o interesse comercial de demoli-lo e construir mais um arranha-céu, como já fizeram com tantos outros.

Esse problema não é privilégio de Pernambuco. O mundo inteiro vem assistindo a velocidade como o capital vem transformando os centros urbanos e destruindo memórias coletivas em busca de mais lucro. Talvez seja por isso que *Aquarius* tem incomodado tanto uma parcela da sociedade - a elite, mais especificamente - e tem sido, por outro lado, ovacionado pelos setores mais progressistas, que defendem um mundo melhor, com mais qualidade para todos.

Não ter sido indicado para representar o Brasil na seleção do Oscar que vai escolher as películas que vão disputar melhor filme estrangeiro e só um detalhe. Um detalhe que é reflexo de um país que paga um alto preço por estar vivendo um golpe de Estado.



CANNES Elenco denuncia golpe no Brasil no Festival

Resistência dentro e fora da tela

Desde que foi lançado ao mundo, *Aquarius* está cercado de polêmicas e perseguição. No Festival de Cinema de Cannes, em maio deste ano, para além de ter sido ovacionado pelo público e pela crítica, o elenco do filme denunciou ao mundo o golpe de estado que o Brasil estava sofrendo, com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Houve uma repercussão em nível internacional e setores da elite brasileira e do governo ilegítimo de Michel Temer chegaram a sugerir o boicote ao filme.

Antes de ser lançado no Brasil, mais uma celeuma. O Ministério da Justiça definiu 18 anos como a classificação indicativa para o longa-metragem, alegando haver cenas de “sexo complexo”, o que não é verdade. Uma clara mostra de censura e perseguição política. Diante da repercussão negativa, o Ministério voltou atrás e liberou a classificação para 16 anos.

Paralelo a isso, dois filmes que estavam entre os 16 que disputavam a indicação do Brasil para o Oscar - *Boi Neon* (Gabriel Mascaro) e *Mãe só há uma* (Anna Muylaert) se retiraram da disputa em solidariedade a *Aquarius*. O constrangimento abateu também a comissão que analisava os filmes. Dois de seus integrantes, o cineasta Guilherme Fiúza Zenha e a atriz Ingra Liberato, pediram para sair por não concordar com a perseguição ao filme de Kleber Mendonça Filho.

Como já previsto, *Aquarius* não vai representar o Brasil na seleção que vai escolher o melhor filme estrangeiro para Oscar 2017. A indicação ficou para *Pequeno Segredo*, dirigido por David Schurmann. ◀

CHARGE SAMUCA



ATENÇÃO



EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 - Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife - PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça
Texto
Fabiola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão Mª de Lourdes
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação
Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.000 exemplares

Um ciclo político que se esgota

A saída encontrada para a crise política e econômica brasileira pela via do impeachment da presidenta Dilma Rousseff representou a imposição de uma “solução parlamentarista para problemas presidencialistas”. E há uma expressão tradicionalmente utilizada para caracterizar esses episódios de ruptura institucional na história política: Golpe de Estado.

Mas eu gostaria de ir além da tentativa de polemizar em torno da ideia de que o que acaba de acontecer em nosso país foi um golpe de Estado. Do meu ponto de vista, o triênio compreendido entre junho de 2013 e agosto de 2016 assinala uma crise mais ampla, mais profunda, para aqueles que, como eu, veem na Constituição Federal de 1988 um programa de construção do Estado Social de Direito no Brasil - uma crise que foi resolvida pelo caminho do conservadorismo e do autoritarismo, com a roupagem do fisiologismo político.

Explico melhor: o Brasil que emerge da ditadura civil-militar de 1964/1985 teve em dois partidos políticos seus principais canais de representação no campo progressista. Foram dois os principais partidos políticos que expressaram as forças da renovação, da interrupção da modernização conservadora no Brasil, por meio da implementação de um programa de reformas: o reformismo fraco do PSDB e o reformismo forte do PT.

Pois bem, a fim de se tornarem forças de governo, os dois partidos acabaram por se aliar com os setores mais conservadores e fisiológicos da política nacional, muitos dos quais organicamente vinculados à experiência ditatorial

iniciada em 1964. O PSDB, com o PFL; o PT, com PPs, PRBs e PSDs da vida.

Sempre contando com o apoio do PMDB, PSDB e PT enveredaram pelo caminho do compromisso com o conservadorismo e o fisiologismo, tornando-se o primeiro, ele mesmo, um partido conservador, e o segundo, um partido do reformismo fraco. Assim, na minha leitura, a crise atual é, de fato, a crise da possibilidade de transformação social com base na Constituição Federal de 1988, por meio de soluções de compromisso com as forças da conservação social.

Nessa mesma leitura, a solução da crise deu-se, de fato, por meio da vitória das forças da conservação social que se encontravam inicialmente, pelo menos do ponto de vista das coligações formadas nos oito anos de governo FHC, nos oito anos do governo Lula e nos cinco anos do governo Dilma, como forças não majoritárias, mas que, no curso dessas experiências de governo, foram se tornando gradativamente hegemônicas, neutralizando a potencialidade transformadora de PSDB (por completo) e PT (em parte).

No final das contas, obtida a maioria no Congresso Nacional pelas forças interessadas em tornar praticamente nulo o caráter social da Constituição Federal de 1988, a crise política e econômica foi resolvida por meio da vitória dessas forças que tinham em Eduardo Cunha a sua forma típico-ideal.

O resultado desse processo de esgotamento das energias transformadoras oriundas da resistência ao regime de 64 será a imposição de



uma agenda radicalmente contrária à afirmação da democracia e dos direitos humanos no nosso país nos próximos anos. Uma agenda voltada, mais uma vez, para o desmonte do Estado e que terá na Constituição Federal de 1988 e na legislação social, trabalhista e previdenciária sérios obstáculos, e que, por isso mesmo, deverão ser contra-reformadas de maneira inescrupulosa.

Por que contra-reformar de maneira inescrupulosa? Apresento sumariamente cinco razões: 1) para que o agronegócio responsável pela reprimarização da economia nacional enterre definitivamente o projeto de agricultura familiar; 2) para que os obstáculos ao aviltamento completo da classe trabalhadora contidos na legislação trabalhista e no direito previdenciário sejam removidos para o bel prazer do empresariado nacional na sanha pelo aumento das suas taxas de lucratividade; 3) para que as nossas riquezas naturais e empresas públicas possam ser desnacionalizadas para o regozijo das grandes potências ocidentais, em especial os EUA; 4) para que as nossas cidades sejam definitivamente ordenadas pela vontade das grandes construtoras e da indústria automobilística e não pelo interesse público da coletividade; 5) para que os investimentos do Estado sejam ainda mais deslocados das áreas da saúde, educação, habitação, ciência e tecnologia etc, para o pagamento dos elevadíssimos juros da dívida pública, alimentando assim a agiotagem transnacional indefinidamente.

Cinco razões poderosas e que, no caso de serem impostas sem nenhum contrapeso social, tornarão a democracia brasileira ainda mais restringida pelas forças do mercado.

PELO MUNDO

Podemos contra o golpe

O partido político espanhol Podemos divulgou uma nota oficial reivindicando que o Estado espanhol não reconheça o governo de Michel Temer. Segundo o documento, o atual presidente “alcançou o poder de maneira ilegítima como consequência da destituição da presidenta Dilma (Rousseff)”. Os parlamentares ligados ao Podemos reiteraram ainda uma petição protocolada em maio para a vice-presidenta da União Europeia, Federica Mogherini. A petição pede que o bloco não mantenha relações comerciais com o Brasil após o impeachment.

Allende para presidenta do Chile



A senadora Isabel Allende, filha do ex-presidente chileno Salvador Allende - morto no golpe de Estado perpetrado por Augusto Pinochet em 1973 -, anunciou o desejo de concorrer à Presidência do Chile. Isabel, que é senadora pela região do Atacama e presidente do Partido Socialista - o mesmo da atual presidenta, Michelle Bachelet -, ainda precisa do apoio da legenda para concorrer ao cargo.

NEGOCIAÇÃO

Empregados da Ebserh aceitam ACT 2016/2017



APROVAÇÃO Em Petrolina, trabalhadores foram unânimes ao aprovar o acordo coletivo. No Recife, apenas três pessoas votaram contra a proposta.

Após oito meses de negociações e uma greve nacional, no dia 4 de outubro, foi fechado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2016/2017 dos empregados da Ebserh. O processo de negociação foi resolvido em audiência de conciliação no Superior Tribunal do Trabalho (TST), antes de seguir ao dissídio. A empresa ofereceu um reajuste salarial de 9% nos salários e nos benefícios. O tíquete alimentação passa para R\$ 527,10, o auxílio médico e odontológico de R\$ 139,76 e auxílio de pessoa com deficiência R\$ 186,89. Outra conquista importante foi a reposição de 2/3 dos dias parados na greve, com abono de 1/3 do ponto.

Em Pernambuco, a proposta da empresa pública foi aprovada em assembleias realizadas no dia 3 de outubro, nas Ebserh Petrolina e Recife. No Sertão, o documento foi aprovado por unanimidade pelas 35 pessoas presentes. Na capital foram 52 votos a favor, três contra e uma abstenção. “Acho que avançamos o que foi possível na pauta de reivindicações e isso graças à mobilização da categoria e o empenho do nosso sindicato e da Condsef”, salientou o diretor territorial de base do Sindsep-PE em Petrolina, Paulo Castro.

Em Recife, a proposta da Ebserh foi aprovada com duas ressalvas. A primeira é continuar a discussão da jornada de 12 por 36 horas. A segunda é que tudo que for discutido e aprovado na comissão interna da Ebserh seja encaminhado para a apreciação dos trabalhadores na mesa nacional de negociação.

PROPOSTAS DOS TRABALHADORES

Na primeira audiência de conciliação realizada no dia 23 de setembro, a empresa também se comprometeu em realizar estudos técnicos sobre previdência complementar, progressão, gratificação por titulação, entre outros. A princípio, os empregados da Ebserh solicitaram a instalação de grupos de trabalho para abordar os temas citados, mas a empresa pública informou que a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), antigo Dest, não permite essa participação mais efetiva dos trabalhadores.

A proposta inicial dos empregados da Ebserh era reajuste salarial de 10,36% (de acordo com o IPCA), auxílio alimentação de R\$ 709, assistência médica de R\$ 350, plantão diurno de 12 por 36 horas para todos os profissionais, implantação do adicional de titulação e plano de cargo e salário. Além de criação de previdência complementar e abono de até 10 dias por ano, consecutivos ou não, para atestado de comparecimento/acompanhamento em consultas médicas e exames clínicos.

Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 241/2016

No dia 5 de outubro, servidores federais de todo país estiveram mobilizados contra a PEC 241, que congela investimentos no serviço público por 20 anos. Em Brasília, o Fórum Nacional dos Servidores Federais realizou uma força-tarefa, percorrendo os gabinetes dos deputados federais para pressioná-los a rejeitar o projeto, que estava sendo votado na Comissão Especial naquela data.

Paralelamente à força-tarefa, a Condsef realizou mais uma reunião do seu Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) para discutir a conjuntura e aprovar um calendário de atividades que irá nortear a atuação da entidade até o final do ano.

Ao congelar investimentos na máquina pública por duas décadas, a PEC 241 acaba com concurso público; congela salários dos servidores federais, estaduais e municipais; corta verba das áreas de saúde e educação e mexe da Previdência do funcionalismo federal, entre outras coisas. ◀

Paralisação e mobilização em defesa dos direitos trabalhistas

A onda de indignação que tomou conta do país a partir do golpe de Estado ganha força nas ruas. Contra as reformas anunciadas pelo governo ilegítimo, os trabalhadores realizaram, em 22 de setembro, o Dia Nacional de Paralisação e Mobilização. O ato aconteceu em todos os estados e tinha como slogan *Nenhum direito a menos*, numa referência às reformas trabalhistas e previdenciária, prometidas pelo presidente Michel Temer, que retiram direitos da classe trabalhadora.

No Recife, a mobilização aconteceu em frente da Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe). A atividade foi uma espécie de aquecimento para a greve geral que está sendo preparada pelas centrais sindicais para o mês de novembro. Os trabalhadores também protestam contra o programa de privatizações, o ataque ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a PL 241, que congela investimento no serviço público por 20 anos.

“Esse governo quer retirar direitos dos trabalhadores que são importantíssimos para a nossa sobrevivência e para a redistribuição de renda. Querem congelar o salário mínimo, acabar com os concursos públicos, flexibilizar as leis trabalhistas de tal modo que o negociado passe a se sobrepor ao legislado, ampliar a terceirização para todas as profissões, entre outras aberrações. Não podemos admitir isso. Vamos partir para as ruas e combater os dilapidadores dos nossos direitos que querem implementar um projeto concentrador de renda para poucos”, afirmou a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

No ato da Fiepe, estavam presentes representantes da CUT, CTB, Intersindical, CSP Conlutas e de seus sindicatos filiados. O presidente da CUT-PE, Carlos Veras, destacou que várias categorias fizeram paralisações nos seus locais de trabalho. “A cada dia que passa temos uma adesão maior dos trabalhadores aos atos contra as ações desse governo entreguista. Os trabalhadores brasileiros estão começando a se mobilizar. Se eles não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir”, afirmou.

O ato também contou com a presença dos trabalhadores do campo. “Esse é um momento importante para fortalecermos a unidade da luta entre os movimentos do campo e da cidade. Temos uma pauta bastante objetiva que envolve a todos. Nenhum direito a menos e Fora Temer são as bandeiras que nos unem. Com esse golpe, a classe trabalhadora do campo e da cidade irá retroceder centenas de anos”, disse o líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim.

PALMARES

O Sindsep-PE também realizou mobilizações pelo interior do Estado. Em Palmares teve um ato em parceria com o Sinsempal (Sindicato de Professores Municipais). “O movimento que está se fazendo não é só dos trabalhadores. É do vizinho, da dona de casa, dos nossos filhos. Querem congelar o serviço público por 20 anos e isso será um caos para a economia de todo o país e para o bolso dos trabalhadores e pequenos empresários”, alertou a diretora territorial de base do Sindsep, Carmem Campos.

À tarde, em Palmares, ainda dentro da programação do Dia Nacional de Mobilização, foi realizado um debate sobre a PEC 241, no Cine Teatro Apolo. Coordenado por Carmem Campos, o evento teve como palestrante a analista técnica do Dieese, Jackeline Natal. Também presente à atividade, a diretora de Políticas Públicas do sindicato, Lindinere Ferreira.



Servidores fazem força tarefa em Brasília

Os servidores federais também estão firmes na luta contra os retrocessos apontados pelo governo Temer. De 12 a 14 de setembro, a categoria realizou uma força tarefa no Congresso Nacional pelos direitos da classe trabalhadora e por um serviço público de qualidade. A mobilização coincidiu com a votação da cassação do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), um dos mentores do golpe contra Dilma Rousseff.

Após a jornada de três dias no Congresso, o Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Federais, o Fonasef, se reuniu, no dia 14, para dar encaminhamento à luta. Na ocasião ficou definido que a categoria iria participar do Dia Nacional de Mobilização, 22 de setembro, assim como de outras atividades organizadas pela Frente Brasil Popular e pela CUT contra o governo ilegítimo de Temer.

A ideia é construir uma grande greve geral. As decisões do Fonasef foram analisadas pelo Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da Condsef, em reunião no dia 15 de setembro. O entendimento que existe por parte da confederação, assim como pelo Sindsep-PE, pela CUT e pelo movimento sindical como um todo, é que as medidas que estão sendo tomadas pelo governo golpista caminham na linha da recessão e da retirada de direitos da classe trabalhadora. Por isso é preciso, mais do que nunca, unir forças e dizer que não se aceita nenhum direito a menos.



RESISTÊNCIA Trabalhadores realizaram ato em frente à Fiepe, no Recife, para defender seus direitos. Em Palmares, ato público e palestra sobre a PEC 241, dentro do Dia Nacional de Mobilização



COMPROMISSO No Recife e em Garanhuns, servidores foram às ruas defender a democracia e dizer que não aceitam nenhum direito a menos

Público histórico no Grito dos Excluídos

Em ano de golpe contra a democracia brasileira, o Grito dos Excluídos deu a resposta à altura. Só em Pernambuco a manifestação arrastou mais de 50 mil pessoas na avenida Conde da Boa Vista, deixando a via lotada em quase toda sua extensão. Um recorde histórico nessa 22ª edição do protesto, que sai às ruas no dia 7 de setembro, um contraponto aos tradicionais desfiles militares que ocorrem na data.

Nem mesmo a mídia conservadora conseguiu “abafar” os fatos. Foi um sucesso em todo o Brasil. O Sindsep-PE marcou presença na manifestação e engrossou o coro do “Fora Temer!”, na luta pela volta da democracia no país. O Grito dos Excluídos contou com a participação de sindicatos de várias categorias, de centrais sindicais, partidos políticos e de movimentos sociais, como os representantes dos negros, mulheres e da juventude. Sem falar da Igreja Católica, que organiza o evento desde a sua primeira edição. Ainda na praça da Democracia, no Derby, local da concentração, dois trios elétricos estavam a postos para as lideranças fazerem uso da palavra e mandarem o recado à sociedade.

A passeata do Grito dos Excluídos foi iniciada com a encenação do cortejo fúnebre da democracia, com direito ao caixão e à urna funerária para colocar o pó do que um dia se chamou Brasil. Durante o trajeto várias manifestações de apoio ao “Fora Temer”. Cartazes com palavras de ordem e reivindicações da população decoravam a avenida, sem falar das bandeiras vermelhas no chão e nas janelas dos prédios da Conde da Boa Vista, embaladas pelos apitaços. Pais fizeram questão de trazer os filhos pequenos. Crianças no chão ou suspensas participaram da manifestação.

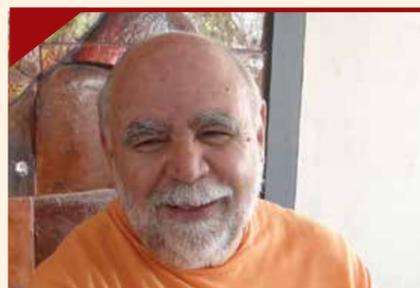
“Temos três bandeiras de luta urgentes neste país: O Fora Temer! Diretas Já! e Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político”, disparou o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Pernambuco, Jaime Amorim, de cima do carro de som. O presidente da CUT-PE, Carlos Veras, falou sobre a preparação da greve geral dos trabalhadores e mandou o recado: “Os golpistas não terão um só minuto de trégua”.

Depois de percorrer a Conde da Boa Vista, ao chegar na avenida Guararapes, um momento emocionante: o Hino Nacional. De forma espontânea, a letra oficial foi substituída por uma paródia improvisada, com a repetição contínua de apenas duas palavras: “Fora Temer!”

Em algumas cidades do interior também houve manifestação. O Sindsep-PE participou do Grito dos Excluídos em Garanhuns, representado pelo diretor territorial de base José Inácio, da Funasa. No protesto, muitas faixas e cartazes pelo “Fora Temer!” e “Diretas já!”. O ato público foi realizado na antiga estação de trem, próximo à praça Guadalupe. “É importante estarmos presentes nesses eventos, defendendo inclusive um serviço público de qualidade”, reforça José Inácio. ◀

O suspiro da criatura oprimida

A modernidade não tratou com benevolência as religiões. Sigmund Freud se referiu a elas como uma espécie de neurose, fuga ou escape diante da dura realidade de cada um. E chegou a prevê sua extinção, com o avanço da ciência e do pensamento esclarecido. Marx foi mais longe, chamou-as de “ópio do povo”, recriminando as classes que precisavam se apegar a uma ilusão para viver. Os autores contemporâneos – adotando uma postura agnóstica e pragmática – predisuseram-se a aceitar o fenômeno religioso como um fato sociológico, funcional para a sobrevivência da humanidade.



“A religião vem sendo usada, sem o menor escrúpulo, por pessoas cujo único interesse é de natureza eleitoral”

Para mim, o pensador que soube exprimir como ninguém a essência do fenômeno religioso foi o alemão Ludwig Feuerbach, em sua obra *A essência do Cristianismo*, publicada no Brasil com o prefácio de Rubem Alves. Segundo Feuerbach, podemos ler e traduzir o fenômeno religioso como uma alegoria do sofrimento humano na terra e sua busca de redenção. Daí a busca de um Deus, um céu, uma família, um mundo melhor, muito melhor do que o que vivemos. Diz o filósofo alemão, somos religiosos porque não nos conformamos com a miserável e infeliz vida mundana que levamos. Porque queremos uma vida melhor do que essa para viver. As imagens do nosso mundo religioso querem dizer que é este (o mundo da religião) o mundo que queremos e não o que vivemos.

Muitas críticas advieram a essa formulação feuerbachiana. Sobretudo, porque ela tratava as religiões históricas como formas de alienação e convite ao conformismo social e político, ao transferir para uma esfera transcendental as

utopias de uma vida melhor nesse mundo imperfeito e lacunoso. Seu principal discípulo Karl Marx, radicalizou a crítica, propondo o fim do Estado, o fim da política e das religiões, como forma de emancipação humana, ao dizer que os homens interpretaram o mundo de diversas maneiras, mas urgia transformá-lo.

A pós-modernidade, com sua descrença na razão, foi mais generosa com as religiões. Houve

uma espécie de reencantamento do mundo e da sociedade. E uma desesperança nas utopias profanas que prometiam o milênio na terra. É preciso dizer que vários religiosos e crentes passaram a tomar parte nos esforços para a construção de um mundo mais humano e justo. Fiz parte, na condição de ateu e socialista, desses movimentos, entendendo que era um amplo convite “aos homens de boa vontade” para mudar o mundo e fazê-lo melhor, sem distinção de credo, ideologia, raça, gênero ou orientação sexual. Não me arrependo. Encontrei valiosos amigos e camaradas.

Mas, hoje, tenho de constatar com tristeza e desolação como a religião vem sendo usada, sem o menor escrúpulo, por pessoas cujo único interesse é de natureza eleitoral ou eleitoreira. Gente que se vale da sua condição de ministro religioso ou missionário ou crente nas escrituras sagradas, para arrancar voto dos ingênuos, incautos, pessoas crédulas, de boa-fé. Neste caso, não há como se enganar: trata-se de meros mistificadores, pescadores de águas turvas, mercedores da fé, em busca de cargos, mandatos, tráfico de influência etc.

Em relação a esses últimos, não há como se iludir ou ter condescendência. Trata-se de lobos em pele de cordeiro, cujo único objetivo é engazopar os ingênuos, propondo a salvação da alma em troca do voto e de ajuda material para suas igrejas ou obras “missionárias”. É um nova cruzada bíblica, animada dos piores propósitos: atentarem contra a precária laicidade do Estado brasileiro e colocarem em risco os direitos das minorias. Fariseus e sepulcros caídos, como disse a pregação do Messias.

Mais duas oficinas de saúde do trabalhador no Sertão do Estado

Subutilização de profissionais, sofrimento no trabalho, falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de toda infraestrutura necessárias para o trabalho, inclusive manutenção das viaturas. Assim é a realidade de muitos servidores do Ministério da Saúde e Funasa, que põem, frequentemente, a vida em risco nos locais de trabalho. Esse quadro foi identificado nas oficinas de saúde do trabalhador, realizadas, em setembro, pela Secretaria de Políticas Públicas do Sindsep-PE, no Sertão do Estado. No dia 12, a atividade aconteceu em Salgueiro e, no dia 16, em Serra Talhada.

“Os problemas são semelhantes. Os gestores subutilizam o potencial que os servidores cedidos têm na vigilância em saúde, no controle de endemias, não oferecem estrutura. Isso reflete em práticas que provocam sofrimento no trabalho. Esses profissionais acabam sendo discriminados, desqualificados, não recebem missão de trabalho. Isso é muito ruim. Pode acarretar também problemas psicológicos”, alerta a diretora de Políticas Públicas do sindicato, Lindinere Ferreira.

A oficina realizada em Salgueiro contou com a participação de 21 cedidos, além do diretor do sindicato na região, José de Arimateia. Em Serra Talhada foram 13 pessoas. Os trabalhos estão sendo acompanhados também por Wagner Diniz, servidor do Ministério da Defesa, e Vera Lúcia Chaves, da Agricultura. Ambos são monitores em saúde cujo objetivo é debater a construção de estratégias que promovam vida com qualidade nos ambientes laborais e fora dele, contribuindo também com a luta dos trabalhadores por uma organização efetiva no local de trabalho.

Nas duas oficinas foi aplicada a dinâmica de grupo Mapeamento do Corpo, Trabalho e os impactos fora do trabalho. A ferramenta ajudou a identificar os problemas. Em seguida, os participantes tiraram alguns encaminhamentos de luta. Para resolver os problemas apontados estão sendo construídas estratégias de negociação com os gestores. Durante a oficina, os trabalhadores deliberaram também pela realização de outros encontros para aproximar mais o servidor do sindicato e do seu órgão.

AValiação

“Esse evento foi importante para mostrarmos o nosso potencial, mostrar o que sentimos e as nossas dificuldades. Gostaria que outros encontros como esse fossem realizados para ficarmos mais próximos dos nossos colegas, para socializar”, fala o servidor José Marcolino.

“As experiências vivenciadas trouxeram à tona a perspectiva laboral de diversos trabalhadores que reagiram positivamente à atividade desenvolvida pelo sindicato e manifestaram o desejo por mais oportunidades de serem ouvidos. Na condição de monitor, eu percebi que muito pouco é necessário para atender os anseios dos servidores”, pontua Wagner Diniz.

Essa já é a quinta oficina realizada este ano e a quarta só neste semestre. A expectativa é que sejam realizadas outras até o final deste ano, como um dos eixos do planejamento da Secretaria de Políticas Públicas do sindicato, na perspectiva de construir um diagnóstico (perfil) ocupacional e epidemiológico dessa categoria.



INTERAÇÃO Servidores de Salgueiro (acima) e Serra Talhada (ao lado) aprovaram a iniciativa do Sindsep

PE no XII Concondsef

O Sindsep-PE vai levar ao XII Congresso Nacional da Concondsef (Concondsef) uma delegação de 120 pessoas. Os delegados foram eleitos pela base entre os meses de agosto e setembro, através de assembleias de aclamação, urnas fixas e itinerantes, de forma transparente e democrática. Esses servidores irão representar o sindicato no evento nacional que acontece de 4 a 8 de dezembro próximo, em Cuiabá, Mato Grosso. Na ocasião serão traçados os rumos da luta da categoria nos próximos anos e também será eleita a nova diretoria da Confederação (Direção Nacional e Conselho Fiscal), que ficará à frente da entidade no triênio 2016/2019.

Como o Concondsef será realizado em Cuiabá, localizada em uma área de vale no Centro Oeste, a direção do Sindsep-PE faz algumas recomendações aos delegados. A primeira delas é se vacinar contra a febre amarela, já que se trata de um Pantanal. A vacina é distribuída de forma gratuita nos postos de saúde da Região Metropolitana e do interior do Estado, inclusive no Aeroporto Internacional dos Guararapes/Gilberto Freire, e deve ser tomada, no mínimo, dez dias antes da viagem. A dose é válida por dez anos. Portanto, quem já tomou é bom verificar o cartão de vacinação para não ficar desprotegido.

Outra recomendação é levar roupas leves para serem usadas durante o dia e o casquinho básico para a noite, pois as temperaturas costumam cair bastante. Sem falar da hidratação. É preciso beber bastante água e comer comidas leves para evitar os picos hipertensivos. ◀

SERVIÇO PÚBLICO

Jornada do Dieese detalha PEC 241

O impacto da PEC 241 para o serviço público foi o tema central da III Jornada de Debates do Setor Público, promovido pela seção pernambucana do Dieese, no dia 20 de setembro. O evento aconteceu na sede do Sindsep-PE, reunindo representantes do movimento sindical. Com o tema Desafios diante do ajuste fiscal, a Jornada de Debates mostrou o quão nocivo é a PEC 241.

A economista e coordenadora do Dieese em Pernambuco, Jaqueline Natal, lembrou que a proposta limita o crescimento da despesa primária da União pelo prazo de 20 anos, de

2017 a 2036, à variação da inflação calculada pelo IPCA do ano anterior. Para Jaqueline, a PEC engessa a capacidade do Estado de realizar políticas públicas e não resolve o problema econômico brasileiro, uma vez que não trata de políticas para o aumento de receita e não toca na questão da redução de gastos com os juros da dívida pública. E mais: o projeto não altera a injusta estrutura tributária, onde os 10% de menor renda pagam 32% dos tributos, enquanto os 10% de maior renda apenas 22%, segundo estudo do IPEA, 2011.

A PEC também não combate a evasão

fiscal que em 2014 ficou em R\$ 518,2 bilhões, segundo estudo do Sinprofaz, o que equivale a 27,6% da arrecadação federal daquele ano ou a 90% do que foi arrecadado por todos os estados e municípios brasileiros. O congelamento de investimentos proposto pela PEC atinge áreas essenciais para a população mais carente do país, como a educação e a saúde. A PEC também terá impacto direto no poder aquisitivo do servidor público, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o aumento dos gastos com pessoal se dê com base na Receita Corrente Líquida. ◀

Segundo turno: uma segunda chance para o eleitor

FINALIZADO O PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES, AGORA É HORA DE SE PREPARAR PARA A DECISÃO FINAL. QUATRO MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO TERÃO SEGUNDO TURNO: RECIFE, OLINDA, JABOATÃO E CARUARU. ZERA TUDO. É OUTRA ELEIÇÃO. MAS A RESPONSABILIDADE DO ELEITOR NÃO MUDA. É PRECISO RESPONSABILIDADE E CONHECER BEM O CANDIDATO. AFINAL, O ELEITO VAI GOVERNAR CADA UM DESSES MUNICÍPIOS NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS. O RECIFE É O MAIOR COLÉGIO ELEITORAL DO ESTADO, COM 1.119.245 ELEITORES, E VAI TER QUE ESCOLHER ENTRE GERALDO JÚLIO (PSB) E JOÃO PAULO (PT). EM JABOATÃO DOS GUARARAPES, 443.854 ELEITORES VÃO TER QUE DECIDIR ENTRE ANDERSON FERREIRA (PR) E MANOEL NECO (PDT). JÁ EM OLINDA, QUE CONTA COM 259.335 ELEITORES, A DECISÃO ESTÁ ENTRE ANTÔNIO CAMPOS (PSB) E PROFESSOR LUPÉRCIO (SOLIDARIEDADE). POR FIM, EM CARUARU, NO AGRESTE DO ESTADO, OS 209.898 ELEITORES VÃO ESCOLHER ENTRE TONY GEL (PMDB) E RAQUEL LYRA (PSDB). CONFIRA A SEGUIR QUEM É QUEM NESSE SEGUNDO TURNO.

Quem é quem no segundo turno

▶ RECIFE

Geraldo Júlio

Ingressou na política pelas mãos do ex-governador, Eduardo Campos. Liderado pela oligarquia Campos, Geraldo Júlio defendeu o golpe contra a presidenta Dilma. O nome dele aparece na lista de políticos que tiveram campanha financiada pela Odebrecht, segundo a Polícia Federal. Ele seria o principal beneficiário da lista em Pernambuco, para quem a Odebrecht teria destinado R\$ 3 milhões, na última campanha.



João Paulo

Tem origem no movimento sindical. Na ditadura militar, se engajou em movimentos sociais como a Juventude Católica Operária e, posteriormente, a Ação Católica Operária. Ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos, foi o primeiro presidente da CUT no Estado, além de ser um dos fundadores da CUT nacional. Foi vereador, deputado estadual, deputado federal e prefeito do Recife por dois mandatos.



▶ OLINDA

Antônio Campos

Sem nunca ter ocupado cargo público, muito menos vinculação à cidade de Olinda, Antônio Campos lançou seu nome à Prefeitura de Olinda, após a morte do irmão, Eduardo Campos. É advogado e empresário. Assim como sua família e o PSB, Antônio Campos apoiou o golpe.



Professor Lupércio

Em sua carreira política, Professor Lupércio foi eleito vereador de Olinda por dois mandatos e atualmente exerce o primeiro mandato de deputado estadual. É evangélico fundamentalista, e faz um trabalho assistencialista em Olinda com atendimento a pessoas usuárias de drogas.



▶ JABOATÃO DOS GUARARAPES

Anderson Ferreira

Evangélico fundamentalista, Anderson Ferreira é deputado federal e autor do Estatuto da Família, proposta que viola direitos humanos por definir como família exclusivamente o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher.



Manoel Neco

Conhecido por reproduzir a velha política assistencialista e patrimonialista, Manoel Neco foi vereador de Jaboatão dos Guararapes por oito mandatos. Há mais de 30 anos vive em função da política. Em 1995, foi eleito deputado estadual e, em 2000, retornou à Câmara Municipal.



▶ CARUARU

Tony Gel

Tony Gel foi duas vezes prefeito de Caruaru e deputado federal por três mandatos. Também foi vereador pelo DEM. Atualmente, exerce o segundo mandato de deputado estadual pelo PMDB.



Raquel Lyra

Raquel Lyra foi eleita deputada estadual em 2010, afastando-se para assumir a Secretaria Estadual da Criança e da Juventude. Filha do ex-governador João Lyra, em 2014 foi reeleita deputada estadual.

